
O discurso construído sobre as cotas raciais no Jornal O Globo: início da Lei 12.711/12 e dez anos depois¹

Vanessa Almeida da SILVA²
Universidade Federal Fluminense (UFF)

RESUMO

Neste trabalho apresento uma pesquisa, ainda em andamento, sobre o discurso que a grande mídia construiu sobre as cotas raciais como forma de acesso ao ensino superior em universidades públicas no Brasil. Considerando a mídia como uma das instituições que constroem a realidade, a pesquisa visa entender como a mídia hegemônica, por meio do Jornal O Globo, abordou a Lei 12.711/12 em sua cobertura. Para isso, tenho como foco os anos de 2001, 2002, 2003, 2011, 2012, 2013, 2022 e 2023. Serão analisados editoriais, artigos de opinião e reportagens sobre o tema cotas raciais em universidades públicas no Brasil. Realizo uma análise crítica da narrativa, por meio de seus elementos pragmáticos e meta pragmáticos, além de explorar os momentos históricos, políticos e sociais em que as narrativas jornalísticas do veículo em questão foram produzidas.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; análise da narrativa; ações afirmativas; cotas

INTRODUÇÃO

O debate sobre as cotas raciais tem estado presente na sociedade brasileira há décadas. Por acreditar que a comunicação é um campo que constrói realidades, conhecimento, e também acompanha os momentos históricos e sociais em que está inserida, acredito que ela teve e ainda tem sua contribuição para a construção do imaginário da sociedade sobre a Lei de cotas e sobre as ações afirmativas de forma geral. Grandes jornais têm publicado editoriais, reportagens, entrevistas e artigos de

¹Trabalho apresentado no GP Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico, evento do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação realizado de 5 a 6 de setembro de 2024.

²Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF), email: vanessa.almeidadasilva@gmail.com.

opinião sobre a Lei 12.711/12, aprovada em 2012 e conhecida como Lei de Cotas. Ela estabelece que 50% das vagas nas universidades federais por curso e turno sejam reservadas para estudantes que tenham cursado o ensino médio integralmente em escolas públicas. Dentro dessas vagas, encontra-se a reserva para pretos, pardos, indígenas e quilombolas e para pessoas com deficiência, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São reservadas ainda 50% dessas vagas a estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1 salário mínimo per capita. As cotas raciais são, portanto, antes de tudo cotas sociorraciais, já que o primeiro critério é ter estudado o ensino médio em escolas públicas (Silva, 2022).

Todas essas mudanças na forma de ingresso ao ensino superior, trouxeram consigo debates em diversas áreas da sociedade, entre elas, a imprensa. A educação superior foi durante a maior parte de sua existência, um lugar ocupado por estudantes brancos, oriundos das melhores escolas particulares. A criação de cotas, principalmente as raciais, veio para questionar essa organização e gerou discussões, muitas vezes acaloradas, sobre meritocracia, racismo e raça no Brasil, como também sobre a validade jurídica das ações afirmativas na modalidade cotas.

Os anos de 2001, 2002, 2003, 2011, 2012, 2013, 2022 e 2023 foram escolhidos para a pesquisa em função de serem marcos em relação à lei 12.711/12, que foi sancionada pela então presidenta Dilma Rousseff em agosto de 2012. O texto da lei previa que dez anos depois de sua aprovação, em 2022, deveria ser promovida uma revisão em relação à mesma, o que gerou muitas especulações em relação à continuidade ou não da política pública. A proposta da pesquisa é então comparar a construção da narrativa sobre a Lei nos dois períodos, juntamente com a análise do momento histórico em que o discurso esteve localizado.

Meritocracia, o mito da democracia racial e políticas públicas

As ações afirmativas são definidas por Feres Júnior *et al.*(2018), como medidas e ações desenvolvidas pelo Estado, ou não, que conferem benefícios para membros de grupos sociais minorizados, buscando oferecer equidade em relação aos grupos

historicamente privilegiados. “Etnia, raça, classe, ocupação, gênero, religião e castas são as categorias mais comuns em tais políticas” (Feres Júnior *et al.*, 2018, p 13). Acesso à educação, admissão em instituições de ensino superior, serviços de saúde, emprego e oportunidades de negócios estão entre as oportunidades oferecidas pelas ações afirmativas. As cotas são assim, uma modalidade das ações afirmativas.

A Universidade Estadual do Rio de Janeiro(UERJ) foi a primeira do país a utilizar as cotas como forma de ingresso de seus alunos à graduação, em 2003. A Lei nº 4.151/2003 destinava 45% de suas vagas a “estudantes carentes” (Rio de Janeiro, 2003, n.p). Também em 2003, a Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira universidade federal a adotar o sistema de cotas, por meio do *Plano de metas para integração social, étnica e racial da Universidade de Brasília* (Carvalho e Segato, 2003).

Pesquisar sobre a forma como a grande mídia retratou e como retrata uma ação afirmativa com viés racial, como é a Lei 12.711/12, é também analisar como a raça e o racismo são tratadas pela mídia, e dessa forma, como os temas foram e são pautados na sociedade, em seus momentos históricos e sociais. Para Fernando Resende(2009) as narrativas jornalísticas são também produção de conhecimento. O autor destaca que as reportagens e notícias “recontam e criam sentidos — e, portanto, narram — as experiências do homem no mundo.” (Resende, 2009, p 33). Para ele, entender e analisar as narrativas jornalísticas pode ser um caminho para conhecer o próprio fazer jornalístico. Localizar a narrativa como lugar de produção de conhecimento significa também ter a compreensão da atividade jornalística como uma atividade em um espaço em que são articuladas “estratégias de poder e como parte de um processo no qual representações e mediações são indissociáveis.” (Resende, 2009, p 36).

O Brasil foi por muito tempo conhecido - e podemos dizer que ainda é - como um paraíso racial, um lugar onde todas as raças convivem em harmonia. Essa é a democracia racial, uma ideologia que vem sendo construída no país desde o período pós-colonial, com o fim da escravização, mesmo que na época ainda não tivesse esse nome. É a ideia de que não existem barreiras institucionais para a ascensão baseadas em raça. Significa viver em um “sistema desprovido de qualquer barreira legal ou institucional para a igualdade racial, e, em certa medida, um sistema racial desprovido de qualquer manifestação de preconceito ou discriminação.” (Domingues, 2005, p 116). Essa imagem do Brasil foi o que baseou, principalmente a partir do período

pós-colonial, a forma como são conhecidas as relações raciais no Brasil, dentro e fora do país.

Acreditar que vivemos em uma sociedade em que a raça não é um entrave para a ascensão social, gera uma série de consequências. Uma delas é a ideia de que todas as oportunidades são possíveis para todos os indivíduos, basta que eles se esforcem. Essa falácia é conhecida como meritocracia.

A meritocracia foi criada como ideologia a partir da Revolução Francesa, que objetivava encerrar o ciclo dominado pelas oligarquias militares e religiosas, dando início à uma sociedade burguesa, em que os indivíduos fossem vistos como iguais, em relação à possibilidade de ascensão. Segundo Renata Silva(2023), o movimento consolidou três grandes pensamentos: liberdade em relação ao comércio e à livre-iniciativa presente no pensamento liberal; individualismo - indivíduos livres e autônomos; e igualdade jurídica - consolidação de uma sociedade sem privilégios, baseada no mérito e na propriedade. A Revolução Francesa aconteceu no século XVIII, entre 1789 e 1799, época em que no Brasil, a escravização realizada contra os negros era ainda a base da sociedade econômica. O Brasil foi o último país a abolir oficialmente o sistema, em 1888. Ou seja, os ideais meritocráticos, que representam universalidade e impessoalidade, não foram pensados para a população negra desde a sua origem. Para Silva, eles alimentam “políticas de discriminação por meio de sistemas de avaliação racializados e segregam historicamente homens e mulheres negras tornando pouco provável seu ingresso na educação superior (Silva, 2023, p 31)”.

A ideia do Brasil como um paraíso racial e meritocrático também foi construída e reforçada pela mídia. Silva(2023) defende que a desigualdade é apresentada e representada, inclusive pela mídia, como um problema individual e não como uma consequência dos anos de exploração realizada no período colonial. É como se as condições econômicas de cada indivíduo e a situação social em que ele se encontra fossem frutos exclusivos de suas vontades e escolhas: “Para a opinião pública, sobretudo na mídia, a desigualdade se apresenta como efeito das mazelas sociais e má-administração governamental, e não como herança colonial, algo individual e não sistêmico(Silva, 2023, p 20)”.

Colonialidade, o apagamento do conhecimento e a relação com a mídia

As ideias de meritocracia e de democracia racial continuam presentes e arraigadas na sociedade brasileira graças à colonialidade. Ela é ainda nos dias atuais a base constituinte da civilização ocidental, segundo Mignolo (2016). Para o autor, a ideia de modernidade foi uma narrativa inventada a partir da colonização, celebrando as conquistas da Europa e apagando o terror que o período colonial causou. Dessa forma, a colonialidade é então composta pelas ideias e modelos que ainda persistem e se mantêm presentes mesmo após o fim da colonização realizada por algumas nações europeias no Novo Mundo nos séculos XV e XVI. Maldonado-Torres (2007) explica que a colonialidade persiste por ser um processo que atravessa a sociedade de diferentes maneiras. Ele aponta que a colonialidade se dá por três eixos principais: poder, saber e ser.

Na discussão sobre como o pensamento colonial afeta as políticas públicas de acesso à graduação nas universidades públicas, foco deste trabalho, identifico como primordial refletirmos sobre a colonialidade do saber. A colonialidade do saber age sobre a construção (e apagamento) de epistemes, ou seja, na modelação do conhecimento. É este tentáculo colonial que dita o que merece, pode e deve ser aprendido e o que é válido na formação de conhecimento sobre o mundo. Para que o colonialismo do saber se mantenha presente, é imprescindível que negros e indígenas, populações que sofreram e ainda sofrem com o apagamento epistêmico, não acessem os lugares de produção e difusão de conhecimento.

O projeto colonial, a colonialidade, necessita de instituições para se manter hegemônico, dentre elas está a grande mídia. Isso porque a comunicação é, para Muniz Sodré (2017), o que constitui o comum humano. Na pós-modernidade, a comunicação é uma nova forma de socializar e corresponde a um modo geral de organização. Sodré acredita também que a comunicação integra a estrutura do poder – já que os meios tradicionais de comunicação trabalham em favor dos grandes conglomerados. Segundo ele, os veículos de comunicação que integram a grande mídia, ou a também chamada mídia hegemônica, trabalham em alinhamento com o pensamento neoliberal e ajudam a espalhar essa ideologia para a sociedade.

Por ser integrante da estrutura do poder, a mídia hegemônica funciona sob a lógica da economia política da comunicação, um campo de estudo que se debruça sobre

as relações de poder com a produção, distribuição e consumo de recursos, inclusive os recursos da comunicação (Mosco,1999). A economia política da comunicação preocupa-se então com a importância e preponderância das formas estruturais na forma como o conteúdo é produzido e disponibilizado pelos veículos de comunicação. A maneira como a grande mídia construiu a sua narrativa acerca das cotas raciais como forma de acesso à graduação nas universidades federais no Brasil vai ao encontro da necessidade de manutenção de um pensamento e de uma estrutura neoliberal, que precisa ser sustentado pelas instituições sociais, como a mídia. O neoliberalismo é, de maneira resumida, a ideia de que o Estado precisa ter espaço e atuação cada vez menores em relação ao mercado. Os grandes grupos midiáticos são integrantes desse mercado e tem como missão “difundir ideologias disfarçadas de informação (Moraes, 2013, p 63)”. Dessa forma, muitas das representações que são realizadas pela mídia hegemônica assim o são por servirem a manutenção de poder. Os processos de produção atendem a necessidades do mercado.

Segundo Sodré (2013), a sociedade pós-industrial é orientada pela midiaticização, o que ele descreve como um poder denominado “ciberocracia”. Na midiaticização, as relações humanas passam a ser virtualizadas. O autor destaca as diferenças entre os termos “midiaticização”, “mediação” e “interação”. A mediação está presente em todas as culturas e significa o ato de estabelecer pontes entre duas partes. São portanto “linguagem, trabalho, leis, artes, etc” (SODRÉ, 2013, p. 21). A linguagem é inclusive considerada como mediadora universal. As instituições mediadoras são o que garantem que as mediações sejam inscritas na ordem social, como família, escola, igrejas e sindicatos. Elas “investem-se de valores(orientações práticas de conduta) mobilizadores da consciência individual e coletiva. Valores e normas institucionalizados legitimam e outorgam sentido social às mediações (SODRÉ, 2013, p. 22)”. A interação é um dos níveis do processo de mediação. Já a midiaticização é a articulação entre as diferentes instituições mediadoras com as organizações de mídia, que têm suas atividades guiadas por objetivos tecnológicos e mercadológicos, além de serem alinhadas com a hegemonia, questão à qual precisamos ter atenção. Os que antes eram espaços tradicionais agora são também intermediados pela mídia.

Por meio da midiaticização, surge uma nova ambiência de vida, a partir da classificação aristotélica das formas de vida. Segundo Aristóteles, os bios são os âmbitos “onde se desenrolam a existência humana” (SODRÉ, 2017, p. 25). Cada bios corresponde a um gênero qualificativo da vida humana e são a partir do Bem (*to agathon*) e da felicidade (*eudaimonia*). São três os bios constitutivos: *bios theoretikos* (vida contemplativa), *bios politikos* (vida política) e *bios apolaustikos* (vida prazerosa, a vida do corpo).

A midiaticização é um novo bios, o bios midiático. Ela é assim uma nova forma para a constituição das identidades pessoais, pois a vida passa a ser midiaticizada. O bios virtual, ou midiático é o “ecossistema dessa nova forma de consciência coletiva” (SODRÉ, 2017, p. 122). Sendo assim, ao sermos convertidos a ele, é passada a falsa ideia de que tudo o que é humanamente importante é encontrado na midiaticização. A mídia forma então uma “agenda coletiva” (SODRÉ, 2017, p. 26), estruturando e reestruturando percepções e cognições. A partir dessa ideia temos a percepção de que os temas de interesse da sociedade são os que estão sendo discutidos e estão aparecendo na mídia.

As formas como as pautas são tratadas pela mídia são também a maneira como elas são representadas nesses veículos. A representação é, para Stuart Hall (2016), parte e “momento chave do circuito da cultura (Hall, 2016, p 17)”, composto ainda pela identidade, pelo consumo, pela produção e pela regulação, que se interligam entre si. Segundo o autor, a representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura, que é formada exatamente quando um grupo de pessoas compartilha de significados em comum.

Nada melhor do que a mídia, principalmente a grande mídia, para que as pessoas interpretem as coisas de maneira semelhante. Não é a intenção desse trabalho vislumbrar a mídia como uma instituição detentora de um poder exclusivamente de manipulação sobre as massas, visto que o receptor recebe as mensagens e as interpreta de acordo com as suas mediações (Barbero, 2015). Entende-se sobretudo a comunicação como constituidora do comum.

É por meio da representação que instituímos valores à determinada coisa, assunto ou pauta. Sendo assim, a maneira como determinado assunto é representado

pela mídia é a maneira como ele será visto pela sociedade. A forma como as cotas raciais foram trabalhadas pela grande mídia constituiu e ainda constitui a forma como a sociedade enxerga essa ação afirmativa, muitas vezes questionando sua validade e necessidade em uma sociedade ainda racista e desigual como a brasileira.

A mídia hegemônica, retratada neste texto por meio do Jornal O Globo, se posicionou contrariamente às cotas raciais - no início de sua implementação, um projeto social que tem como potencialidade alterar a organização econômica e racial do Brasil. Isso porque além de ser uma possibilidade para mudar em nível econômico as vidas das pessoas que alcançam o nível da educação superior nas universidades, as pessoas negras e indígenas ingressantes têm a possibilidade de trazer novas epistemologias, indo contra o racismo epistêmico, que acompanha essas populações desde a colonização. A proposta de cotas raciais em universidades públicas é, então, ameaçadora para o projeto de branquitude que vem sendo construído no Brasil desde o fim oficial da colonização. Digo oficial porque apesar de a escravização ter sido extinta em 1888, sendo o Brasil o último país a realizar tal ação, os ecos da colonização ainda ecoam pela nossa sociedade.

A maneira como a mídia se posicionou acerca das cotas raciais como forma de acesso ao ensino superior público no Brasil já foi tema de diferentes pesquisas. Matheus de Carvalho Leibão(2018) desenvolveu sua dissertação de mestrado pesquisando sobre como se deu a cobertura do Jornal O Globo sobre as cotas raciais entre os anos de 2003 e 2012. Leibão analisou textos dos gêneros editorial, “texto argumentativo”(artigos de opinião) e reportagem. Segundo Leibão, o Jornal O Globo se posicionou contrariamente em relação ao estabelecimento de cotas, não apenas de cotas raciais, mas qualquer tipo delas. O veículo defendia a ideia de que o ingresso de estudantes nas universidades públicas deveria ser feito exclusivamente por meio do mérito acadêmico, ou seja, por meio de notas obtidas nos processos de seleção. O jornal, como parte de uma instituição que, como dito anteriormente, é alinhado aos valores neoliberais, defendeu o critério da meritocracia. O mérito em questão deveria ser o de ter aprendido o conteúdo referente ao ensino médio, solicitado nos exames vestibulares. O argumento do veículo foi de que alunos cotistas não estariam preparados para acessar as universidades, o que geraria profissionais não capacitados, trazendo prejuízos ao mercado de trabalho e ao desenvolvimento do país. Leibão destaca em sua pesquisa que dessa maneira, O Globo

contribuiu também para gerar uma estimatização dos estudantes negros (cotistas ou não), como se eles não merecessem estar nas universidades.

Após mais de dez anos de cotas sociorraciais nas universidades federais no Brasil, o que percebemos é o aumento na diversidade dos estudantes. O estudo *Avaliação das Políticas de Ação Afirmativa no ensino superior no Brasil: resultados e desafios futuros*, apresenta dados sobre o impacto da implementação de ações afirmativas no ensino público superior no Brasil. Entre 2010 e 2019 as matrículas em cursos de graduação nas universidades federais tiveram um crescimento de 40%. Os cerca de 1 milhão de estudantes passaram para 1.3 milhões no período. Os ingressantes cotistas são hoje cerca de 30% do total. Em relação ao tipo de subcotas, o maior crescimento se deu no grupo que combina as características escolas públicas, de baixa renda, pretos, pardos e indígenas. Muito se discutiu no início da implementação da lei de cotas sobre a manutenção desses novos estudantes nos cursos. A indagação e a quase previsão de alguns era que os cotistas não conseguiriam continuar nos cursos, e a taxa de evasão seria alta. O estudo provou que cotistas e não cotistas evadem quase na mesma proporção. Cotistas inclusive evadem um pouco menos.

As taxas de evasão após o primeiro ano entre alunos cotistas e não cotistas são muito parecidas: 11% e 10% respectivamente. Em cursos variados, como arquitetura e urbanismo, engenharia civil, engenharia elétrica, medicina, veterinária e pedagogia, as taxas entre ingressantes em 2013 são igualmente próximas. Esses resultados corroboram pesquisas anteriores que sinalizavam que, embora venham de situações socioeconômicas relativamente menos privilegiadas, os estudantes cotistas têm resultados educacionais muito parecidos aos dos alunos não cotistas. Esse é um forte sinal de que os estudantes cotistas reconhecem e valorizam as oportunidades que alcançam. (Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior da UFRJ(LEPES) e AÇÃO EDUCATIVA, 2022, p. 11. Disponível em: https://pesquisaleidecotas.org.br/wp-content/uploads/2022/07/resumoexecutivo_OK.pdf. Acesso em 16 jun. 2023)

Metodologia

Para o desenvolvimento da pesquisa e cumprimento dos objetivos considero apropriado o uso da análise crítica da narrativa. Para Luiz Gonzaga Motta, a narrativa é o que “[...] traduz o conhecimento objetivo e subjetivo do mundo [...]” (Motta, 2005, p. 2). É por meio dela que organizamos os acontecimentos em uma ordem lógica e cronológica. As narrativas midiáticas podem ser tanto fáticas (notícias, reportagens) quanto fictícias (telenovelas, vídeos, filmes). No nosso caso, as narrativas são

fáticas por serem integrantes do fazer jornalístico. Apesar de serem tidas como fáticas, devemos nos atentar para serem elas antes de tudo, narrativas. Elas são ferramentas discursivas utilizadas de acordo com as pretensões do narrador. Podem ser uma forma “[...] de exercício de poder e de hegemonia nos distintos lugares e situações de comunicação”. (Motta, 2005, p. 3). A visão defendida por Motta e que está em total alinhamento com a presente pesquisa é a de que mesmo sendo uma narrativa jornalística, ela não deixa de narrar uma estória de acordo com os interesses do narrador. O autor destaca ainda que as narrativas usam o fático para criar o efeito do real, da objetividade.

A narrativa é composta pela articulação de recursos pragmáticos (conflitos, personagens, estratégias comunicativas) e simbólicos (fundo ético ou moral, plano da estrutura profunda da notícia). Eles são utilizados para construir o texto e para que o narrador alcance no seu público a intenção desejada, de acordo com as subjetividades desse público, certamente. Não é uma premissa nesta pesquisa que o público se comporta como uma massa amorfa, que responde e se comporta exatamente da forma com que o emissor deseja. Cada pessoa, cada receptor tem suas particularidades, sua cultura, suas mediações. Mesmo assim, isso não faz com que o emissor não tenha uma intencionalidade por trás da narrativa.

Referências

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em 17 fev. 2024.

CARVALHO, José Jorge de; SEGATO, Rita Laura. **Plano de metas para a integração social, étnica e racial da Universidade de Brasília**. 2003. Disponível em: <https://noticias.unb.br/images/Noticias/2018/06-Jun/Plano-de-Metas-Cotas-UnB1.pdf>. Acesso em 08 mai. 2024.

DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). **Revista Diálogos Latinoamericanos**, v. 6, n. 10, p. 116-131, 2005.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HERINGER, Rosana; CARREIRA, Denise. **Avaliação das políticas de ação afirmativa no ensino superior no Brasil: resultados e desafios futuros.** 2022. Disponível em: https://pesquisaleidecotas.org.br/wp-content/uploads/2022/07/resumoexecutivo_OK.pdf. Acesso em 16 jan. 2024

LEIBÃO, Matheus de Carvalho. **O Globo e as cotas raciais: debates e narrativas.** Universidade do Estado do Rio de Janeiro Centro de Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/13046>. Acesso em 26 ago. 2024.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.** 7. ed., 1. reimp. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - Vol. 32 N° 94. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPx5Zr3yrMjh7tCZVk/abstract/?lang=pt>. Acesso em 07 set. 2024.

MORAES, Dênis de. **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação.** São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

MOTTA, Luiz Gonzaga. A análise pragmática da narrativa jornalística. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2005. p. 1-16. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142462.pdf>.

RESENDE, F.A. O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e suas possibilidades de encontro. **Galáxia (PUCSP)**, v. 18, p. 31-43, 2009.

RIO DE JANEIRO. **Lei nº 4.151, de 04 de setembro de 2003.** Institui nova disciplina sobre o sistema de cotas para ingresso nas universidades públicas estaduais e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ: Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/e9589b9aabd9cac8032564fe0065abb4/e50b5bf653e6040983256d9c00606969?OpenDocument>. Acesso em: 11 ago. 2023.

SILVA, Vanessa Almeida da. **A Lei de Cotas nas universidades federais do Brasil e sua primeira década.** 2022. Disponível em: <https://conexao.ufrj.br/2022/03/a-lei-de-cotas-nas-universidades-federais-do-brasil-e-sua-primeira-decada%ef%bf%bc/>. Acesso em 14 mar. 2024.

SILVA, Renata Nascimento da. **Por uma ética coletiva negra: os cursos preparatórios para Pós-Graduação e o tensionamento do dispositivo meritocrático na Universidade.** Universidade do Estado do Rio de Janeiro Centro de Educação e Humanidades. Instituto de Faculdade de Comunicação Social. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em:

<https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/20710/2/Tese%20-%20Renata%20Nascimento%20da%20Silva%20-%202023%20-%20Completa.pdf>. Acesso em 08 set. 2024.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.